



Volume 15, número 1, ano 2019

## O ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA

### THE TEACHING OF LOCAL HISTORY AS A PEDAGOGICAL STRATEGY

Tauã Carvalho de Assis<sup>1</sup>

Suely de Assis Pinto<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo discute as proposições curriculares para o ensino da história local e problematiza a importância e as dificuldades pedagógicas inerentes as propostas. Para além da defesa dos conteúdos, defende-se o ensino da história local enquanto metodologia, uma estratégia pedagógica a serviço da formação da consciência histórica nos anos iniciais do ensino fundamental. Trata-se de uma revisão bibliográfica, utilizando como aportes de referência principalmente Barca (2012), Bittencourt (2004), Gonçalves (2007), Horn e Germinari (2006) e Macedo (2017). Assim, discute-se as demandas curriculares por esse ensino, a conceituação de história local, e as dificuldades encontradas para a concretização dessa proposta pedagógica. Ao final, problematizamos novas questões de pesquisa.

**Palavras-chave:** História local. Ensino de história. Consciência histórica.

**Abstract:** This paper discusses the curricular propositions for the teaching of local history and problematizes the importance and pedagogical difficulties inherent to the proposals. Beyond the content defense, it defends the history local teaching as methodology, a pedagogical strategy in the service of the formation of historical consciousness in the early years of elementary education. It is a bibliographical review, using as references mainly Barca (2012), Bittencourt (2004), Gonçalves (2007), Horn and Germinari (2006) and Macedo (2017). Thus, it is discussed as curricular demands for this teaching, a conceptualization of local history, and difficulties for the concretization of this pedagogical proposal. In the end, we problematize new research questions.

**Key-words:** Local history. History teaching. Historical consciousness.

## 1 INTRODUÇÃO

---

<sup>1</sup> Doutorando em educação, Pedadogo. Mestre em Educação. Professor do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Goiás - Regional Jataí. [tauacarvalho@hotmail.com](mailto:tauacarvalho@hotmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em História. Professora do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Goiás - Regional Jataí. [suelylima.ufg@gmail.com](mailto:suelylima.ufg@gmail.com)



**Volume 15, número 1, ano 2019**

Neste artigo discutimos a importância do ensino da história local para os anos iniciais do ensino fundamental. Debates algumas das possibilidades de se conceituar o trabalho e o ensino de história local, bem como apresentaremos a definição que nos referendou durante todo o processo de pesquisa e elaboração deste estudo. Em seguida, comentaremos o ensino de história local como estratégia de formação da consciência histórica e das identidades para os alunos dos anos iniciais do ensino fundamental. Por fim, apresentamos alguns dos desafios para a implementação pedagógica do ensino de história local.

Pelo menos desde a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) em 1997, a história local tem sido considerada como conteúdo da disciplina de história para os anos iniciais do ensino fundamental.

Estudiosos sobre a temática apontam que após os PCN surgiram inúmeras propostas curriculares estaduais e municipais que propuseram o trabalho com a história local como eixo de ensino para a disciplina de história. Contudo, apontam também que tais orientações não se traduziram na construção de material didático de apoio qualificado ao trabalho pedagógico nem na formação inicial e continuada dos professores pedagogos. Em relação à temática apresentada as proposições curriculares não desencadearam modificações substantivas e efetivas no percurso formativo dos professores nem se converteram em material colaborativo a sua prática docente.

Grande parte dos materiais disponíveis para o ensino e pesquisa de história local seriam compilações de memorialistas, encartes produzidos pelos representantes políticos do local/região ou órgãos administrativos ou ainda por famílias de políticos tidos como personalidades do local. Em comum, essas publicações guardam o caráter de promoção de algumas pessoas, e seus feitos considerados importantes, em detrimento do conjunto da população do local e de suas experiências.

Este trabalho tem por objetivo apresentar e defender a história local como conteúdo e metodologia de ensino da disciplina de história para os anos iniciais do ensino fundamental. Realizamos, não somente a defesa dos conteúdos de história local, mas também que a temática se configure em estratégia pedagógica para o ensino de história nos anos



**Volume 15, número 1, ano 2019**

iniciais do ensino fundamental. Para isso recorreu-se a metodologia de revisão bibliográfica utilizando como fontes de referência os autores que discutem a problemática como Bittencourt (2004), Fonseca (2003), Gonçalves (2007) e Horn e Germinari (2006).

## **2 ENSINO DE HISTÓRIA E HISTÓRIA LOCAL**

Desde a década de 1980, particularmente após o processo de redemocratização, os conteúdos da disciplina de história foram reorganizados e implantados a partir da educação infantil. Desse modo, desde cedo as crianças passaram a ter contato com a temática da história local, visto que, um dos objetivos gerais da disciplina para os anos iniciais do ensino fundamental é “reconhecer mudanças e permanências nas vivências humanas, presentes na sua realidade e em outras comunidades, próximas ou distantes no tempo e no espaço”. (BRASIL, 1997, p. 33)

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de história para o Ensino Fundamental 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> série<sup>3</sup>,

A preocupação com os estudos de história local é a de que os alunos ampliem a capacidade de observar o seu entorno para a compreensão de relações sociais e econômicas existentes no seu próprio tempo e reconheçam a presença de outros tempos no seu dia-a-dia. (BRASIL, 1997, p. 40)

Assim, a perspectiva do ensino de história local apresentada pelo documento é a de traçar comparações, estabelecer semelhanças e diferenças, alterações e permanência em seu próprio espaço e em outros espaços próximos e distantes, de diferentes tempos históricos. Além disso, a história local facilita a compreensão das relações sociais e econômicas do lugar em paralelo com as realidades regionais, nacionais e globais.

Reafirmar a importância da disciplina de história no currículo dos anos iniciais do Ensino Fundamental

não se prende somente a uma preocupação com a identidade nacional, mas sobretudo no que a disciplina pode dar como contribuição específica ao

---

<sup>3</sup> Na nomenclatura atual, no ensino fundamental de 9 anos, essa fase corresponde ao 1º ao 5º ano.



**Volume 15, número 1, ano 2019**

desenvolvimento dos alunos como sujeitos conscientes, capazes de entender a História como conhecimento, como experiência e prática de cidadania. (BRASIL, 1997, p. 25)

A disciplina visa contribuir, portanto, com a formação da consciência histórica dos alunos e conferindo a eles papel histórico ativo na transformação social da realidade a qual estão inseridos.

Como define Barca (2012, p. 40), entendemos que a consciência histórica se realiza “quando a informação inerte, progressivamente interiorizada, se torna parte da ferramenta mental do sujeito e é utilizada, com alguma consistência, como orientação no cotidiano pessoal e social”. No mesmo sentido, para Schmidt e Garcia (2005, p. 301), ela “tem uma “função prática” de dar identidade aos sujeitos e fornecer à realidade em que eles vivem uma dimensão temporal, uma orientação que pode guiar a ação, intencionalmente, por meio da mediação da memória histórica”. De tal forma, é papel e objetivo do estudo da história, fornecer os subsídios necessários para a formação da consciência histórica dos estudantes.

A disciplina de história, pensada enquanto componente curricular, concebe os alunos como sujeitos históricos.

O sujeito histórico pode ser entendido, por sua vez, como sendo os agentes de ação social, que se tornam significativos para estudos históricos escolhidos com fins didáticos, sendo eles indivíduos, grupos ou classes sociais. Podem ser, assim, todos aqueles que, localizados em contextos históricos, exprimem suas especificidades e características, sendo líderes de lutas para transformações (ou permanências) mais amplas ou de situações mais cotidianas, que atuam em grupo ou isoladamente, e produzem para si ou para uma coletividade. Podem ser trabalhadores, patrões, escravos, reis, camponeses, políticos, prisioneiros, crianças, mulheres, religiosos, velhos, partidos políticos, etc. (BRASIL, 1997, p. 29)

Nessa perspectiva, o fazer histórico é compreendido como as ações de múltiplos sujeitos históricos indo além das personalidades, das narrativas oficiais e dos personagens governamentais. Nela se incluem a fala dos silenciados e geralmente marginalizados pela escrita histórica: as mulheres, os escravizados, as crianças, os trabalhadores, os camponeses,



**Volume 15, número 1, ano 2019**

sem desvalidar a presença e constituição histórica dos grupos dominantes. Em resumo, projeta uma história mais plural, democrática e inclusiva.

A discussão também se faz presente na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovado no final do ano de 2017, inserida nas grandes temáticas do componente curricular história dos anos iniciais do ensino fundamental.

No 3º e no 4º ano contemplam-se a noção de lugar em que se vive e as dinâmicas em torno da cidade, com ênfase nas diferenciações entre a vida privada e a vida pública, a urbana e a rural. Nesse momento, também são analisados processos mais longínquos na escala temporal, como a circulação dos primeiros grupos humanos. (BRASIL, 2018, p. 404)

Muitas das habilidades anunciadas no componente curricular vão ao encontro da perspectiva da história local, em especial aquelas destinadas aos 3º e 4º anos, organizadas nas unidades temáticas “As pessoas e os grupos que compõem a cidade e o município”; “O lugar em que vive”; “A noção de espaço público e privado”; “Transformações e permanências nas trajetórias dos grupos humanos” propõem a pesquisa, a reflexão e a análise das mudanças históricas a partir do espaço local.

Assim, se faz manifesto a proposição do ensino e da aprendizagem da história local nos documentos curriculares brasileiros para a disciplina de história. Embora estabeleçam a história local no domínio de seus conteúdos e/ou habilidades os documentos não explicitam a necessidade da presença desta temática no ensino fundamental ou no processo formativo de escolarização. Mas porque isso se faz necessário? Qual o impacto desse ensino? A que(m) ele serve?

## **2.1 O que entendemos por História Local?**

Consideramos que são múltiplas as possibilidades de trabalho com história local nas salas de aula dos anos iniciais do ensino fundamental, contudo acreditamos que o trabalho pedagógico é subsidiado pela concepção do que seja história local e de qual a sua necessidade.



**Volume 15, número 1, ano 2019**

Para Horn e Germinari (2006, p. 118), uma das significações possíveis, “[a] história local é entendida [...] como aquela que desenvolve análises de pequenos e médios municípios, ou de áreas geográficas não limitadas e não muito extensas”. Para estes estudiosos o estudo e o trabalho com história local se destinam especificadamente à análise de um determinado espaço.

Sobre a análise do local, Bittencourt (2004, p. 166), nos chama a atenção para o “cuidado de não situar os temas da vida cotidiana de forma isolada dos contextos históricos e dos temas tradicionais”, ou seja, o cuidado de não criarmos uma contradição entre a história e as experiências locais com as globais. Sugere, a autora, o contrário: a recuperação das relações históricas mais profundas entre os acontecimentos do local, do nacional e do global, percebendo que nenhuma realidade local é explicativa em si mesma, mas por meio de suas inter-relações com os demais locais e regiões.

Do mesmo modo, Manique e Proença (2004) apud Fonseca (2003, p. 157), constata que

Sob o ponto de vista científico, a história local e regional evita o erro grosseiro de considerar o nacional como um todo homogêneo, o que, em termos de investigação científica, produz uma percepção desfocada e distorcida da dinâmica das sociedades.

Para os autores acima mencionados a importância da história local e regional se assenta na possibilidade que elas ofertam de se repensar a narrativa genérica de se conceber a história nacional como homogênea à todas as regiões de um país. Assim, as narrativas locais trazem, em seu bojo, a análise de como uma comunidade foi afetada pelos “acontecimentos nacionais” e pelos fenômenos particulares circunscritos àquele território. Ou seja, um estudo de história local pretende a investigação da dinâmica própria de uma sociedade. Logo, podemos ressaltar que um local se trata do estudo de um caso específico, com particularidades e semelhanças com a região e com o país nos quais está inserido.

Contudo, para estes autores, o estudo local da história não suprime o trabalho com a história nacional/geral:



**Volume 15, número 1, ano 2019**

Não se pense, porém, que ao defender uma abordagem didática [sic] dos conteúdos programáticos assente preferencialmente nos estudos locais, se pretende acabar com a construção de uma identidade nacional. Pretende-se, sim, tornar diferente essa construção. Compreender o passado nacional na sua relatividade de historicidade é acabar com o mito de uma história nacional unitária e eterna, forjada num discurso historiográfico sobre a Pátria, herdeira do século XIX, que nada diz aos jovens de hoje, nem contribui para fazer do ensino da história o suporte de uma memória viva que possa contribuir para criar uma identidade nacional, aberta ao mundo e multicultural. (*idem*)

O trabalho com o local não suprime o trabalho didático com a história nacional, ela passa apenas a ser problematizada. Problematizar e analisar a história nacional pressupõe compreender que as diferentes regiões experienciam os acontecimentos de formas diferentes e, conseqüentemente, constroem saberes diferentes sobre uma mesma experiência.

Gonçalves (2007, p. 180) também assevera sobre tal oposição: “não existe antagonismo entre abordagens centradas nos recortes do local e do nacional, mas, sim, complementariedades”. E citando Revel (1998, p. 28), completa: “não existe portanto hiato, menos ainda oposição, entre história local e história global. O que a experiência de um indivíduo, de um grupo, de um espaço permite perceber é uma modulação particular da história global”.

Isso quer dizer que um mesmo acontecimento pode ser experienciado de formas diferentes levando a uma multiplicidade de construções sociais acerca de um mesmo evento. Portanto, o estudo da história local possibilita a problematização da narrativa histórica pela ótica da heterogeneidade e das particularidades. Trabalhar com a história local implica, então, possibilitar aos alunos a construção de variados discursos sobre a experiência humana de um determinado local e possibilitar a formação da consciência história a partir do local, em integração com o regional e o nacional. Ou seja, a construção de uma perspectiva histórica mais plural, multi referenciada e multicultural, questionando a centralidade moderna da história nacional (MARTINS, 2009).

Mas o que entendemos pelo termo história local? O que queremos dizer quando falamos em história local? Entendemos que a definição que nos subsidiou com melhores elementos de análise foi a cunhada por Gonçalves (2007, p. 117). Diz ela:



**Volume 15, número 1, ano 2019**

A história como conceito polissêmico, remete a dois grandes sentidos, quais sejam, a história como experiência, a história como conhecimento. O adjetivo local, por sua vez, responde por uma qualificação que estabelece a circunscrição de um lugar. Esse sentido se manifesta mais claramente no uso do verbo localizar, qual seja, situar algo em um lugar, o que, por outro lado, nos leva a uma ação. A história local é, em intrínseca complementariedade, conjunto de experiências de sujeitos em um lugar e, também, o conhecimento sobre o conjunto dessas experiências.

A reflexão da autora nos aponta três elementos básicos para pensarmos o trabalho com história local: um lugar; as experiências dos sujeitos do lugar; o conhecimento construído sobre as experiências nesse lugar.

Partindo deste raciocínio, a categoria local torna-se a unidade de análise que baliza e especifica espacialmente o objeto de estudo. “O local seria um recorte eleito por aquele que desejasse refletir sobre as experiências de sujeitos humanos em espaços sociais delimitados” (GONÇALVES, 2007, p. 177). Não apenas em um nível geográfico espacial, pois a própria noção de local não nos é dada a priori ou estabelecida em um mapa administrativo, é antes uma construção social do historiador, do pesquisador e, por que não, do professor<sup>4</sup>.

A autora explicita também que “o estabelecimento desses lugares [...] se materializa na ação dos homens no mundo, ou seja, no curso de suas experiências históricas, nas quais se inserem os atos de nomear, leiam-se identificar e localizar, os lugares onde se vive.” (GONÇALVES, 2007, p. 178). Ou seja, é a ação dos homens em um determinado espaço que dá sentido e produz uma determinada identificação entre os sujeitos, sua comunidade e o espaço que ocupam.

Assim, Gonçalves (2007) nos remete ao entendimento de história local como o conhecimento das experiências humanas em um determinado local e suas interações. O conhecimento histórico sobre a dimensão local é capaz de produzir uma “determinada consciência histórica, a mesma pressupõe, como toda consciência, como todo saber sobre

---

<sup>4</sup> Sobre isso é relevante o alerta de Macedo (2015) quando recupera o exemplo do desenvolvimento histórico, geográfico e espacial da região do Seridó (RN) lembrando que nem sempre se configurou circunscrita ao território que hoje ocupa. Assim, nos lembra que o entendimento de um local não se restringe às suas fronteiras administrativas e defende a importância de tomarmos “o lugar enquanto foco da produção histórica”. (p. 67)



**Volume 15, número 1, ano 2019**

algo, usos, valores e sentidos” (idem, p. 176-177). Por conseguinte, implica um saber sobre as questões do lugar, das experiências humanas ocorridas ali e de seus modos de viver.

Uma determinada consciência histórica produzida pelas experiências humanas em um determinado local nada mais seria que, nas palavras da historiadora, “a consciência acerca das relações entre as ações de sujeitos individuais e/ou coletivos em um lugar” (idem, 2007, p. 178). De tal modo, Gonçalves (2007) nos apresenta uma definição de história local como sendo o conjunto de experiências e o conhecimento sobre as experiências acontecidas em um local pré-determinado por uma unidade de análise que não se realiza de forma estanque e isolada.

## **2.2 Porque ensinar História Local?**

Ensinar história é tarefa comum aos professores da educação básica brasileira. Tal atividade é ainda mais desafiadora para os professores dos anos iniciais do ensino fundamental: os pedagogos. Os pedagogos, professores polivalentes, são os responsáveis pelo ensino das crianças da educação infantil até o quinto ano do ensino fundamental acerca dos rudimentos de arte, língua portuguesa, matemática, geografia, ciências naturais e história. Têm assim a disciplina de história como um componente curricular de ensino obrigatório. Se faz necessária, portanto, a reflexão sobre os métodos de ensino vinculados ao estudo da história.

Segundo Horn e Geminari (2006) a disciplina escolar de história, mais ou menos aos moldes do que conhecemos hoje, surgiu durante o século XIX, no sistema público de ensino francês no momento em que a educação se transformava em direito de todos e “buscava justificar a formação do cidadão para a pátria e importância da classe social burguesa emergente” (p. 121). No contexto das transformações que ocorriam na França, o estabelecimento do componente tinha então, para os autores, claros objetivos: justificar os ideais nacionalistas; consolidar a formação dos Estados-Nação; enfrentar as reivindicações da Comuna de Paris; estabelecer a importância da classe burguesa que emergia.

Sob influência da experiência francesa, no Brasil, a disciplina foi inserida no currículo escolar do Colégio Pedro II em 1838 tendo os mesmos conceitos chave: nação,



**Volume 15, número 1, ano 2019**

pátria, nacionalismo e cidadania. O objetivo da disciplina era o de “retornar-se ao passado, com objetivo de identificar a ‘base comum’ formadora da nacionalidade. [...] criar uma identidade nacional homogênea em torno de um Estado politicamente organizado” (HORN E GEMINARI, 2006, p. 122).

Sob os auspícios da historiografia europeia e do pensamento intelectual positivista, produziu-se uma história preocupada com a genealogia da nação, com os feitos dos heróis, com os grandes acontecimentos políticos, com os grandes personagens da história. Julgavam transmitir a história como relato do passado, tal como este teria acontecido. As massas populares foram excluídas e neste sentido não havia espaço para a história dos comuns, das mulheres, das crianças, dos negros, dos pobres e dos trabalhadores. (CITRON, 1990 apud HORN E GEMINARI, 2006)

De tal modo, Horn e Geminari (2006, p. 124) defendem que

Uma nova perspectiva para o ensino de História não pode ficar limitada a uma concepção de história que apenas destaque os segmentos dominantes da sociedade. O conhecimento histórico escolar tem o desafio de superar tal obstáculo, objetivando uma noção mais ampla, onde as classes populares sejam também inseridas em suas análises. Um ensino de História mais próximo da realidade da grande maioria dos alunos brasileiros, oriundos de famílias pobres [...].

A limitação da história disciplinar aos grandes feitos e aos heróis é apontada, pelos autores, como uma prática de ensino excludente pois, silencia a diversidade de vozes e de sujeitos de uma realidade. Eles propõem, então, um ensino de história que seja mais próximo da realidade da maioria dos alunos das escolas públicas brasileiras por meio da superação da exclusão pela via da inclusão e da validação das perspectivas históricas dos sujeitos silenciados.

Dessa forma, a história local como estratégia de ensino surge como possibilidade para o desenrolar de tal tarefa pois “volta-se para uma abordagem social que procura reconstruir as condições de vida dos diversos grupos sociais de uma determinada localidade”. (idem, p. 118) Ou seja, procura a reconstrução dos conhecimentos históricos pela ótica do local e das experiências dos sujeitos daquele lugar.



**Volume 15, número 1, ano 2019**

O ensino de história local, portanto, nos é útil na compreensão de uma história mais plural, democrática e inclusiva. É antes uma estratégia pedagógica de ensino do que mais um conteúdo, como explicitamos no decorrer deste estudo. O trabalho com história local pode ser útil ao professor das séries iniciais do ensino fundamental a partir de uma contextualização do conhecimento histórico e do reconhecimento dos alunos como sujeitos históricos de seu tempo, propiciando um ensino mais próximo e mais vivencial ao aluno tendo como ponto de referência, e de partida, as transformações próprias pelas quais passou a realidade local.

### **3 ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL COMO ESTRATÉGIA DE FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA HISTÓRICA**

A proposta de trabalho com o ensino de história local no ensino fundamental não é nova no Brasil, ela vem sendo proposta pelo menos há duas décadas, por meio dos documentos curriculares oficiais nacional e estaduais e assumiam diferentes formas. (HORN; GERMINARI, 2006; BITTENCOURT, 1998)

Nas décadas de 1970 e 1980, as propostas curriculares do ensino fundamental eram organizadas nos chamados “Círculos Concêntricos”, onde o conteúdo de Estudos Sociais (que contemplava elementos do conhecimento histórico e geográfico) deveriam ser trabalhados a partir da realidade mais próxima do aluno. (HORN; GERMINARI, 2006, p.119)

A proposta metodológica dos círculos concêntricos defendia que os conteúdos de ensino deveriam partir inicialmente da realidade do aluno, de sua vivência cotidiana e, então, ir ampliando seu grau de abstração. Partia sempre do conhecimento imediato e da experiência para o conhecimento mediato.

Buscava-se, assim, primeiro trabalhar a história pessoal do aluno, de sua família, depois a rua, seu bairro, a comunidade, a cidade, a unidade da federação, o país e o mundo. Nesta perspectiva, o contexto ia gradualmente se ampliando, partindo do menor para o maior.

Bittencourt (1998 apud HORN; GERMINARI, 2006) também analisou diferentes propostas curriculares de história para o ensino fundamental produzidas entre os anos 1985 e



**Volume 15, número 1, ano 2019**

1995 em vários dos estados brasileiros e “percebeu ser praticamente consensual organizar os estudos da sociedade a partir da vivência dos alunos, para então introduzi-los em outras realidades”. (p. 117)

Tais propostas incentivavam a introdução de elementos próprios do cotidiano dos alunos no ensino de história local. Sugeriam, por exemplo, o resgate de fotos familiares, de artigos de jornais e revistas e fotos das moradias os tendo como portadores de informações históricas. Segundo a estudiosa, não se discutia, porém, como aproveitar e como tratar e utilizar estes registros encontrados no ensino e na construção do conhecimento histórico.

Para a autora, “parece, dessa forma, ser suficiente nas séries iniciais trazer para a sala de aula elementos da vida do aluno, para que a relação e articulação entre as duas formas de conhecimento se estabeleçam. (BITTENCOURT, 1998, p. 153 apud HORN; GERMINARI, 2006, p. 117-8) Na proposta da BNCC, o professor deve estimular os alunos levando-os a adotarem uma “atitude historiadora” frente aos objetos que por meio dos “processos de identificação, comparação, contextualização, interpretação e análise” se tornariam inteligíveis e compreensíveis por meio de uma prática retórica<sup>5</sup>. (BRASIL, 2018, p. 398) Nessa abordagem o aluno, por intermédio da “atitude historiadora” é alçado a posição de investigador-problematizador dos objetos e dos fatos históricos de forma a considerar a experiência dos alunos e seu papel ativo frente aos objetos de conhecimento.

Segundo os autores Bitterncourt (2004) e Horn e Germinari (2006), a valorização da história local na produção historiográfica levou a uma supervalorização teórica da proposta de ensino do local nos currículos da educação básica produzidos e distribuídos pelo país. Consequentemente, o trabalho docente com a temática foi cada vez mais incentivado, sem, contudo, gozar de fontes apropriadas para o seu desenvolvimento, como materiais didáticos e paradidáticos.

Contudo, nas décadas de 1980 e 1990, sua abordagem metodológica mudou. As novas discussões teóricas e didático-pedagógicas sobre o ensino de história temática e sobre a importância de valorização do aluno como sujeito que aprende e que conhece, transformou a história local como estratégia pedagógica principal para o ensino da disciplina de história.

---

<sup>5</sup> Ver Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), especialmente as páginas 397-402 onde se discute a definição do ensino de história.



**Volume 15, número 1, ano 2019**

Como desdobramento destas novas discussões, a “História local no ensino não deve ser tratada apenas como um conteúdo a ser ensinado, mas constituir-se em uma estratégia pedagógica, que trate metodologicamente os conteúdos a partir da realidade local”. (HORN; GERMINARI, 2006, p. 120) Em outras palavras, buscou-se que a escola e professores adotassem um outro modelo didático-pedagógico para a disciplina de história que abarcasse as histórias dos silenciados, das mulheres, dos negros, das crianças, dos oprimidos e que possibilitassem ao aluno sua identificação com os processos históricos. Daí a constatação de que:

Para ensinar História a partir da experiência de vida do aluno é necessário uma perspectiva teórico-metodológica que fale da vida das pessoas, que destaque, por exemplo, as festas familiares, as festas coletivas, as memórias e lembranças dos sujeitos de todos os segmentos sociais. É preciso dar voz às histórias das mulheres, das crianças pobres, trabalhadores, enfim, fazer falar sujeitos que sempre estiveram excluídos dos conteúdos ensinados. (idem, p. 125)

Neste sentido, a adoção do ensino de história local como estratégia para o ensino de História se propõe a reconstruir a relação dos estudantes com o local por meio dos movimentos de pertença e de identificação. Assim, se faz necessária uma perspectiva histórica que fale da vida das pessoas e do local em que elas vivem<sup>6</sup>.

Para Bittencourt (2004), um dos principais objetivos do ensino de história é o de subsidiar a construção das identidades. De acordo com ela,

A constituição de identidades associa-se à formação da cidadania, problema essencial da atualidade [...]. A contribuição da História tem-se dado na formação da cidadania, associada mais explicitamente à do cidadão político. Neste sentido é que se encontra, em inúmeras propostas curriculares, a afirmação de que a História deve contribuir para a formação do “cidadão-crítico”, termo vago, mas indicativo da importância política da disciplina. (p. 121)

---

<sup>6</sup> Esse processo de inclusão, ampliação e democratização das experiências dos sujeitos até então silenciados tem relação direta com a perspectiva da “História vista de baixo”, movimento da historiografia de origem inglesa que questionou a produção histórica exclusivamente a partir dos grandes feitos e das personalidades políticas e militares. Defendeu a elaboração de conhecimento histórico a partir das vivências das pessoas comuns até então desconsideradas na narrativa oficial/legítima: as mulheres, as crianças, os camponeses, os operários, entre outros. Ver Perrot (1988).



Volume 15, número 1, ano 2019

Essa disciplina, deve, portanto, subsidiar às construções das identidades dos alunos e promover a formação do cidadão-crítico. Como a própria autora afirma, o termo “cidadão-crítico” é muito vago e diz pouca coisa, contudo indica que a História deve ser capaz de propiciar a formação da cidadania. De tal forma, identidade e cidadania guardam relações de constituição uma da outra. De mesmo modo se posiciona Zamboni (1993, p. 7), apud Fonseca (2003, p 154),

[...] o objetivo fundamental da História, no ensino de primeiro grau (ensino fundamental), é situar o aluno no momento histórico em que vive... O processo de construção da história de vida do aluno, de suas relações sociais, situado em contextos mais amplos, contribui para situá-lo historicamente, em sua formação intelectual e social, a fim de que seu crescimento social e afetivo desenvolva-lhe o sentido de pertencer.

Para os autores, no processo de ensinar e aprender História, os alunos passam a se constituir a partir do lugar em que eles estão, vivem, e participam do mundo social e cultural. Conseqüentemente, o estudo da história local auxilia na compreensão/construção de identidades.

Por essas implicações é que os estudiosos do ensino de História propõem a adoção do ensino de história local como estratégia pedagógica da disciplina. Entretanto, a proposta metodológica, assim como todas as outras, apresenta alguns desafios para sua implementação. A seguir, apresentamos os principais desafios impostos aos professores ao elegerem como estratégia pedagógica o trabalho docente com história local.

### **3.1 Alguns desafios ao trabalho docente com História Local**

Embora a perspectiva de ensino da história local e sua problematização seja considerada positiva e incentivada pelos autores trabalhados ela também contém seus desafios inerentes para a concretização do trabalho docente.

Uma problemática inicial que envolve o trabalho do professor com história local, apontada por grande parte dos autores pesquisados, é a questão da ausência de materiais



**Volume 15, número 1, ano 2019**

didáticos e referências bibliográficas. Em outras palavras, a dificuldade de se encontrar referências apropriadas para os processos didático-pedagógicos que ocorrem em sala de aula. Sobre isso, as produções acadêmicas a nível de pós-graduação, com recorte temático sobre o local, são possibilidades de fontes às quais os professores podem recorrer para realizarem este trabalho. Tais fontes são indicadas por remeterem a um estudo teórico sistematizado evitando, assim, o uso exclusivo de materiais de memorialistas, os materiais publicitários dos órgãos de governo e de apologia a personagens político-administrativos do local.

Uma dificuldade geralmente evidenciada no trato das questões locais é o de conceber os espaços e temas de estudo como unidades estanques. Por vezes, os materiais didáticos, retratam o bairro, a cidade, a região como unidades autoexplicativas, distintas e dissociadas do restante do país e do globo. Se trabalhada de tal modo, a história local não concretizará o estabelecimento de relações de conexões entre o próximo e o distante, entre o passado e o presente, entre o local e o global. O desafio, então, é o de integrar e trabalhar o local em conjunto com o nacional, global propiciando a constatação das diferenças e semelhanças e das permanências e transformações. (FONSECA, 2003; SAMUEL, 1989; SCHMIDT; CAINELLI, 2009; BITTENCOURT, 2004)

Um outro desafio é o de não resumir a história local a narrativa oficial dos chamados aspectos políticos. Geralmente esses trabalhos tratam da origem e desenvolvimento do município, os vultos, os personagens históricos da cidade, os grandes políticos, as personalidades que contribuíram com o progresso do local. Em geral, adotam uma visão histórica linear, evolutiva, determinada. A proposta advoga justamente pelo contrário, tratar a história da sociedade como um todo e não somente de uns poucos que a governaram e, por vezes, oprimiram. (FONSECA, 2003; HORN; GERMINARI, 2006; BITTENCOURT, 2004)

Mais um aspecto a ser vencido no trabalho docente é favorecer aos alunos a reflexão das múltiplas identidades assumidas por eles de acordo com cada grupo que partilham (família, escola, religião, cidade) em diversos níveis (local, regional, nacional, global). O desafio é o de superar a tensão aparente entre os níveis local e global e conduzir seus estudantes à percepção de que partilham e assumem identidades diversas em função de suas vivências. (MENEZES; SILVA, 2007; SCHMIDT; CAINELLI, 2009)



**Volume 15, número 1, ano 2019**

Um cuidado adicional ao se trabalhar história local é desmitificar a identificação do espaço local como o entorno, o mais próximo, o mais conhecido, o imediato, o bairro. Tal identificação perpetua o anacronismo, a perspectiva etnocêntrica de cunho localista e o reducionismo. Segundo Schmidt e Cainelli (2009), esta lógica provoca “o estabelecimento de uma relação mecânica entre o próximo e o já conhecido” (p. 138-9). A superação desta baliza é possível, para Bittencourt (2004), quando os professores não propõem apenas conteúdos de história local, mas buscam a compreensão da dinâmica do lugar, as modificações pelas quais ele passou e também suas permanências, de modo a articular esse conjunto de informações com os de outros locais. Sugere, então, a autora, a adoção de uma via de relativização e de ampliação de análise em contraposição ao reducionismo e ao conhecimento simplista do entorno.

#### **4 POR UMA HISTÓRIA DO LOCAL**

Neste artigo, tratamos de um tema caro aos professores pedagogos, mas também geralmente esquecido: o ensino de história nos anos iniciais do ensino fundamental. Mais especificadamente desenvolvemos a temática a partir de um recorte: a história local.

Como visto, os conteúdos e as habilidades relacionadas ao assunto figuram nos documentos curriculares brasileiros desde pelo menos a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, em 1997. E consta inserido na Base Nacional Comum Curricular, aprovada em 2017 e publicada em 2018.

Revisitamos brevemente algumas das definições de história local e apresentamos aquela a qual nos filiamos para o desenvolvimento deste trabalho e de proposta de ensino. Argumentamos ainda pelo entendimento ampliado de história local como uma estratégia pedagógica para o ensino da disciplina de história e para a formação da consciência histórica, para além de simples conteúdos inseridos no currículo acerca do entorno e da comunidade.

Apesar de presente no ideário curricular o ensino de história local tem passado despercebido em muitas situações, principalmente devido às dificuldades para a sua implementação: a questão dos materiais de suporte ao trabalho do professor; o tratamento do local como unidade estanque e dissociada do regional, nacional e global; a superação a



Volume 15, número 1, ano 2019

concepção de história local como narrativa dos atos político-administrativos; a superação da concepção do local como entorno próximo e imediato; o fortalecimento da reflexão acerca das identidades, da diversidade e da inclusão na narrativa histórica considerando sujeitos antes marginalizados neste processo.

Fica em aberto ainda, e seguem como sugestões de pesquisa, o aprofundamento da problemática trabalhada e novas questões que surgiram no desenvolvimento deste trabalho: A proposta de ensino da história local da BNCC é a mesma apresentada nos PCN? E o tratamento didático-pedagógicos? Como equalizar a proposta de ensino de história local com uma base comum de conteúdos a nível nacional? Qual a real distância entre o currículo prescrito e o currículo executado em história local? Como se posicionam política e pedagogicamente os professores em relação a temática? A formação inicial (e continuada) de professores nos cursos de Pedagogia e de História tem abarcado essa questão? De que forma e em que medida? Como o tema se relaciona com as políticas públicas educacionais? Existem materiais de suporte/apoio ao trabalho docente nas escolas de educação básica? Quais?

Esperamos ter contribuído com a discussão da temática visto a pouca produção teórica a respeito das proposições curriculares em história local. Longe de termos esgotarmos o tema e a discussão, este trabalho é um convite ao diálogo acerca das questões do ensino de história local, especialmente nos anos iniciais do ensino fundamental.

## REFERÊNCIAS

- BARCA, Isabel. Ideias chave para a educação histórica: uma busca de (inter)identidades. **Hist. R.**, Goiânia, v. 17, n. 1, p. 37-51, jan./jun. 2012.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção docência em formação)
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular: educação é a base**. Brasília: MEC, 2018.
- \_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia**. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- FONSECA, Selva Guimarães. O estudo da história local e a construção de identidades. \_\_\_\_\_. **Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados**. Campinas: Papirus, 2003. (Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico)
- FONSECA, Selva Guimarães. O estudo da história local e a construção de identidades. \_\_\_\_\_. **Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados**. Campinas: Papirus, 2003. (Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico)



Volume 15, número 1, ano 2019

GONÇALVES, Márcia de Almeida. História local: o reconhecimento da identidade pelo caminho da insignificância. In: MONTEIRO, Ana Maria F. C.; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (orgs.). **Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2007.

HORN, Geraldo Balduino; GERMINARI, Geysa Dongley. História local, arquivos familiares e o ensino. In: \_\_\_\_\_. **O ensino de história e seu currículo: teoria e método**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. De como se constrói uma história local: aspectos da produção e da utilização no ensino de História. In: ALVEAL, Carmem Margarida Oliveira; FAGUNDES, José Evangelista; ROCHA, Raimundo Nonato Araújo da. (orgs.). **Reflexões sobre história local e produção de material didático**. Natal: EDUFRRN, 2017, p. 57-81.

MARTINS, Marcos Lobato. História regional. IN: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Novos temas nas aulas de história**. São Paulo: Contexto, 2009.

MENEZES, Leila Medeiros; SILVA, Maria Fatima de Souza. Ensinando história nas séries iniciais: alfabetizando o olhar. In: MONTEIRO, Ana Maria F. C.; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza. (orgs.) **Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2007.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988

SAMUEL, Raphael. História local e história oral. **Revista Brasileira de História**. V. 9, n. 19. São Paulo: Anpuh/Marco Zero, set., 1989. P. 219-243.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos; GARCIA, Tânia Maria F. Braga. A formação da consciência histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de história. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 25, n. 67, p. 297-308, set./dez. 2005.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. História local e o ensino de história. In: \_\_\_\_\_. **Ensinar história**. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2009. (Coleção pensamento e ação na sala de aula.